



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO
CRITÉRIOS MATERIAIS [Nº 6, DO ART.º 70.º
DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP)]

**AQUISIÇÃO DE GÉNEROS
ALIMENTARES**

CADERNO DE ENCARGOS

FUNDAÇÃO JOAQUIM DOS SANTOS
Rua Morgado da Torre, 29 | 3511-903 Torre de Ita

NIPC: 501 215 689
Tel. 232 990 200
Endereço Eletrónico: eptorreita@fjs.pt
Portal oficial: www.fundacaojoaquimdossantos.pt
Plataforma eletrónica: www.acingov.pt

janeiro, 2025

PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª**Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de Ajuste Direto que tem por objeto principal a aquisição de géneros alimentares, nomeadamente, mercearia
2. Os termos e as condições técnicas legais exigidas pela Fundação Joaquim dos Santos, bem como os critérios de adjudicação das propostas, são os constantes deste caderno de encargos.

Cláusula 2.ª**Proposta**

1. Na Proposta, o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, devendo, na sua apresentação, sob pena de exclusão, obedecer aos critérios definidos no Convite.

Cláusula 3.ª**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - 2.1. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - 2.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - 2.3. O presente Caderno de Encargos;
 - 2.4. A Proposta adjudicada;
 - 2.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o



disposto no art.º 99.º do Código dos Contratos Públicos, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no art.º 101.º do mesmo código.

Cláusula 4.ª

Prazo de execução do contrato

1. O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento entra em vigor às 00h00 do dia 01 de fevereiro de 2025, e vigorará por 12 (doze) meses, com a possibilidade de ser renovado por iguais períodos até à duração máxima de 36 (trinta e seis) meses.
2. O período de duração inicial do contrato será de 12 meses, sendo automaticamente renovado por igual e sucessivo período até à duração máxima referida no ponto anterior, salvo se for denunciado por qualquer das partes, mediante pré-aviso através de correio registado, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação a data da sua renovação.
3. A data de renovação do contrato ocorre no dia 01 de fevereiro de cada ano.
4. O período de execução do contrato referido nos números anteriores não prejudica a manutenção em vigor de apólices temporárias, emitidas com período único, cuja data de fim ocorra para lá da data de termo do contrato.
5. O prestador de serviços terá de executar o contrato de acordo com a proposta, prevalecendo sempre, para todos e quaisquer efeitos, o que se encontra fixado nas Especificações Técnicas constantes do Caderno de Encargos.

Cláusula 5.ª

Obrigações do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços, as seguintes obrigações principais:
 - 1.1. Executar o contrato em perfeita conformidade com as condições estabelecidas nas Especificações Técnicas, que constam do presente Caderno de Encargos;
 - 1.2. Assumir a prestação de serviços decorrente da contratação das apólices objeto do presente procedimento, perante a Entidade Adjudicante, através da emissão de apólices em nome dessa entidade;
 - 1.3. Notificar a Entidade Adjudicante, por escrito, do montante a pagar, assim como da forma de

- pagamento, com a antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio ou fração deste;
- 1.4. Proceder às averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento dos sinistros e à avaliação dos danos com prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.
 - 1.5. Dar resposta a qualquer solicitação da Entidade Adjudicante no prazo máximo de 48 horas;
 - 1.6. Comunicar à Entidade Adjudicante, com uma antecedência de 30 dias, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços definida neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
 - 1.7. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - 1.8. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessária à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª

Prestação do serviço e informação

1. A prestação do serviço deve ser executada em conformidade com todas as cláusulas contratuais, e demais legislação aplicável, de modo a garantir as especificações técnicas do presente Caderno de Encargos.
2. O prestador de serviços deve disponibilizar à Entidade Adjudicante todas as informações que esta lhe solicitar, diretamente, e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo a Entidade Adjudicante satisfazer os pedidos de informação formulados pelo prestador de serviços e que respeitem a elementos técnicos na sua posse, cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.
3. Salvo quando, por força do contrato, caiba ao prestador de serviços o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente à Entidade Adjudicante a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre teores e quaisquer aspetos da respetiva execução.

Cláusula 7.ª

Dever de Sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.ª

Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada.
2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a 67 362,00€ (para duração do contrato de 36 meses).
3. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante.

Cláusula 9.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas diretamente ao fornecedor, observando o disposto na legislação aplicável.

2. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 10.^a

Penalidades contratuais

1. De acordo com o previsto no art.º 329.º do CCP, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode, a título sancionatório, exigir ao fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. O valor da sanção pecuniária não pode, contudo, ser superior a 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato, conforme previsto no art.º 330.º e seguintes do Capítulo VIII do Código dos Contratos Públicos.
3. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no ponto anterior e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:
 - 3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - 3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - 3.3. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo prestador de serviços, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - 3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - 3.5. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - 3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - 3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser imediatamente comunicadas à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.^a

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:
 - 1.1. Se não forem cumpridas as Especificações Técnicas estabelecidas na Parte II deste Caderno de Encargos.
2. O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determinará a repetição das prestações já realizadas a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

3. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte da Entidade Adjudicante com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com o incumprimento do contrato.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

1. O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no art.º 332.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.ª

Gestor do contrato

1. O gestor do contrato, conforme definido nos termos do art.º 290º-A do Código dos Contratos Públicos, é designado pela entidade competente pela decisão de contratar e a sua identificação constará no contrato, nos termos da alínea i), do n.º 1 do artigo 96º do CCP.

Cláusula 16.ª

Caução

É dispensada a caução de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), dado o preço contratual ser inferior a 500.000,00€ não havendo também lugar à retenção nos pagamentos a que se refere o n.º 3 do mesmo artigo.

Cláusula 17.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 18.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização escrita da Entidade Adjudicante.

Cláusula 19.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser efetuadas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, através de correio eletrónico a indicar em sede contratual, ou para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias que constituam, ou não, força maior e que previsivelmente impeçam o cumprimento de qualquer uma das obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 21.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.^a

Proteção de Dados

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado por RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/01 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a

cessação, designadamente:

- 1.1. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- 1.2. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- 1.3. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Entidade Adjudicante esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- 1.4. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Entidade Adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição acidental, alteração, difusão ou acesso não autorizados, bem como qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- 1.5. Prestar à Entidade Adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato;
- 1.6. Manter a Entidade Adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- 1.7. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Adjudicatário e o referido colaborador;
- 1.8. Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- 1.9. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
- 1.10. Adotar as medidas de segurança previstas no art.º 32.º do RPDG que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia dessas medidas;

- 1.11. Prestar a assistência necessária à Entidade Adjudicante no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos do RPDG, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos dados pessoais;
- 1.12. Garantir a eficácia de mecanismos de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no art.º 33.º do RPDG;
- 1.13. O Adjudicatário não pode subcontratar o serviço relativamente ao qual é estabelecido o presente contrato, nem o tratamento de dados pessoais de titulares da Entidade Adjudicante, sem a prévia autorização desta, dada por escrito;
- 1.14. O Adjudicatário deve apagar ou devolver, consoante a escolha da Entidade Adjudicante, todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionada com o tratamento, apagando as cópias existentes, salvo se a conservação dos dados for exigida ao abrigo do direito da União Europeia ou da lei nacional;
- 1.15. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis;
2. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo Adjudicatário é efetuado de acordo com as instruções da Entidade Adjudicante.
3. O Adjudicatário declara, sob compromisso de honra, que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas pelo RGPD.

Cláusula 23.ª

Legislação aplicável

1. O procedimento é regulado pelo Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão atualizada, e demais legislação complementar aplicável, nomeadamente a legislação mencionada nas peças do presente procedimento.

PARTE II
CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 24.^a

Objeto da prestação do serviço

1. O objeto do presente contrato é o fornecimento contínuo de géneros alimentares, necessários para a confeção das refeições da Fundação Joaquim dos Santos.
2. O fornecimento dos bens será permanente e contínuo, e será efetuado através de requisições da Fundação, consoante as necessidades da mesma.

Cláusula 25.^a

Transporte e entrega dos bens

1. Os géneros alimentares deverão ser transportados em viaturas próprias obedecendo às normas legais em vigor.
2. Os bens objeto do presente procedimento, serão entregues mediante requisição da Entidade Adjudicante, prazo indicado na proposta adjudicada após a receção da requisição pelo fornecedor, nunca ultrapassando o prazo máximo de 120 horas (5 dias), nas instalações da Fundação Joaquim dos Santos, designadamente na Rua da Fundação Joaquim dos Santos S/N 3510-857 Torredeita.
3. Os bens objeto do presente procedimento, devem ser entregues, no local supramencionado, entre as 8 horas da manhã e no máximo até às 10 horas da manhã.
4. Sem prejuízo do cumprimento das disposições legais relativas aos bens impróprios para consumo, a Entidade Adjudicante reserva-se ao direito de recusar qualquer bem alimentar que não respeite, quer os requisitos gerais e legais de frescura, genuinidade, qualidade e higiene, quer os requisitos especificados pela Entidade Adjudicante para cada produto do presente Caderno de Encargos.
5. No caso de se verificar a existência de produtos não conformes o tempo de reposição dos mesmos não pode ultrapassar as 72 horas (3 dias).
6. Os produtos alimentares deverão ser provenientes de estabelecimentos industriais ou de estabelecimentos comerciais grossistas e armazéns frigoríficos, devidamente autorizados e licenciados pelos serviços oficiais competentes.
7. No sentido de permitir averiguar de forma inequívoca, quer a marcação de salubridade, quer a origem do produto alimentar, quer de outras menções de rotulagem consideradas relevantes, os produtos alimentares embalados, devem ser fornecidos à Entidade Adjudicante contendo a marcação e a rotulagem aposta pelo estabelecimento fabricante/embalador, podendo a Entidade Adjudicante recusar produtos alimentares que por terem sido reagrupados ou reacondicionados, não ofereçam garantias quanto aos elementos de marcação e rotulagem.
8. No caso de o fornecedor de bens alimentares não ter no seu estabelecimento sistema de autocontrolo,



em matéria de segurança alimentar, nomeadamente o sistema “HACCP”, a Entidade Adjudicante poderá solicitar os boletins analíticos que permitam comprovar a higiene, a qualidade e a salubridade desses bens.

9. Desde a receção até à preparação final dos bens alimentares, a Entidade Adjudicante procederá ou mandará proceder ao controlo que entender por necessário para averiguação da sua qualidade. Se o resultado do controlo efetuado não obedecer aos requisitos legais e aos determinados no presente Caderno de Encargos, o custo das amostras e das análises efetuadas será suportado pelo respetivo fornecedor.
10. Os materiais de acondicionamento e embalagem deverão respeitar as regras de qualidade de higiene, conforme legislação em vigor.
11. Os veículos deverão respeitar as condições legais, gerais e específicas do transporte de bens alimentares de forma a garantir condições de higiene, conservação e temperatura dos géneros alimentícios, conforme legislação em vigor.
12. O pessoal afeto ao transporte e à distribuição de bens alimentares, deverá usar vestuário adequado aos bens a transportar, em perfeito estado de higiene e limpeza, devendo ainda evidenciar um elevado grau de higiene pessoal.
13. As requisições serão efetuadas com a frequência de 1 vez por semana.

Cláusula 26.ª

Ficha Técnica

1. Todos os géneros alimentares devem ser acompanhados aquando da primeira entrega, pela respetiva ficha técnica do produto e de documento que ateste a qualidade desse mesmo produto.
2. Caso o género alimentar não possua ficha técnica, deverá ser fornecido à Fundação o documento que ateste a qualidade desse género alimentar.

Cláusula 27.ª

Mapa de Quantidades

1. As quantidades referidas no mapa de quantidades são estimativas com base no consumo histórico, sendo, por isso, meramente indicativas.
2. A Fundação Joaquim dos Santos reserva-se no direito de não atingir, na totalidade e/ou parcialmente, os níveis de consumo referenciados.
3. No caso de serem referenciadas marcas, as mesmas são meramente indicativas, sendo possibilitada a substituição por outra, desde que equivalentes em características.
4. Na proposta a apresentar, os concorrentes poderão apresentar um modo de fornecimento diferente

do referido nas tabelas abaixo, desde que cumulativamente:

- a. Sejam respeitadas a totalidade das quantidades para 12 (doze) meses;
- b. Seja apresentado um único preço unitário (no máximo com duas casas decimais) para cada um dos bens, devendo esse preço unitário estar de acordo com o modo de fornecimento proposto pelo concorrente.

Cláusula 28.^a

Causas de rejeição dos bens alimentares

Os géneros alimentares, mencionados no mapa das especificações, serão rejeitados sempre que não sejam fornecidos de acordo com o estipulado nas Normas Portuguesas em vigor.

Cláusula 29.^a

Descrição dos bens a fornecer

Linha	Descrição	Unidade	Qtd.
1	OVOS TIPO M EMBALAGEM 1 DZ	DZ	1500
2	FEIJAO BRANCO	kg	300
3	FEIJAO ENCARNADO	kg	300
4	GRAO	kg	300
5	ACUCAR AREADO AMARELO	kg	30
6	ACUCAR GRANULADO PCT PAPEL 1 KG	kg	80
7	ARROZ EXTRA LONGO AGULHA	kg	600
8	BATATA FRITA PALHINHA	kg	220
9	CAFE MISTURA	kg	20
10	CHOCOLATE EM PO	kg	10
11	ESPARGUETE 500 GR	kg	800
12	FARINHA c/FERMENTO	kg	50
13	GELATINA ANANAS	kg	50
14	GELATINA LARANJA	kg	50
15	GELATINA MORANGO	kg	20
16	LEITE CREME	kg	50
17	MACARRAO RISCADO 500 GR	kg	800
18	MACARRONETE RISCADO 500 GR	kg	800
19	MEADA 500 GR	kg	100
20	MOUSSE CHOCOLATE	kg	50
21	PAO RALADO	kg	20
22	PEVIDE 250 GR	kg	60
23	PUDIM DIVERSOS	kg	50
24	ANANAS EM CALDA LATA KG	kg	120

25	AZEITONA PRET LT	kg	20
26	COGUMELOS LAMINADOS LT	UN	200
27	SALSICHAS Lata	kg	50
28	PESSEGO EM CALDA	kg	120
29	PURE DE BATATA	UN	450
30	AZEITE 3l	L	500
31	CALDO CARNE, GALINHA, PEIXE	kg	80
32	KETCHUP 500 ML	L	30
33	MAIONESE	L	30
34	ÓLEO ALIMENTAR Tempero	L	200
35	ÓLEO ALIMENTAR	L	400
36	POLPA DE TOMATE GFA LT	L	220
37	PIMENTA BRANCA MOIDA 0.250 KG	UN	20
38	PIMENTÃO DOCE KG	UN	50
39	SAL GROSSO	UN	100
40	SAL MESA	kg	10
41	TOMATE PELADO	kg	100
42	TOMATE PELADO KG CUBOS	kg	80
43	VINAGRE	UN	20
44	VINHO BRANCO LT	UN	100
45	VINHO TINTO LT	UN	100
46	BOLACHA ÁGUA E SAL PACOTE 250GR	UN	30
47	BOLACHA MARIA PACOTE 250GR	UN	60
48	BOLACHA S/SAL S/ACUCAR PACOTE 250GR	UN	20
49	CEVADA PENSAL 200 GR	UN	40
50	CHA CAMOMILA NIC+CH CX25 SAQ	UN	40
51	CHA CIDREIRA 25 SAQ	CX	40
52	DOCE ALPERCE FRS 330 GRS FRAMI(OU EQUIVALENTE)	UN	80
53	DOCE FRUTOS SILVESTRES FRS 330 GRS FRAMI(OU EQUIVALENTE)	UN	80
54	DOCE MORANGO FRS 330 GRS FRAMI(OU EQUIVALENTE)	UN	80
55	DOCE PERA FRS 330 GRS FRAMI(OU EQUIVALENTE)	UN	80
56	DOCE PESSEGO FRS 330 GRS FRAMI(OU EQUIVALENTE)	UN	80
57	DOCE TOMATE FRS 330 GRS FRAMI(OU EQUIVALENTE)	UN	10
58	FARINHA L.A. S/GLUTEN 250 gr bledina 6M	UN	10
59	FARINHA L.A. C/GLUTEN MACA 250GR	UN	10
60	FARINHA L.A. C/GLUTEN PERA 250GR	UN	10
61	FARINHA LA C/GLUTEN 5 FRUT 250GR	UN	10
62	Nestum (250gr)	UN	30
63	FLOCOS CEREAIS COM ARROZ 300GR	UN	30
64	FLOCOS CEREAIS COM MEL 750 GR	UN	30
65	MARMELADA	kg	60
66	MOKAMBO FRS 200 GR (MISTURA SOLUVEL)(OU EQUIVALENTE)	UN	40
67	NECTAR LARANJA 200ML	UN	1000
68	NECTAR MULTIFRUTAS 200ML	UN	1000

70	SUMO CONC. PESSEGO PCT LT	UN	40
71	SUMO CONC. TROPICAL PCT LT	UN	40
72	SUMO CONC.LAR.CATERING PCT LT	UN	40
73	TULICREME CACAU 250 GRS	UN	30